



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000530-39.2023.6.22.8000

INTERESSADO: ASSESSORIA DA ENGENHARIA - ASSENGE.

ASSUNTO: Dispensa de Licitação – Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia ou profissional de engenharia, devidamente habilitado, para elaboração de laudo de avaliação de imóveis pertencentes a este Tribunal.

DESPACHO Nº 1092 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Assessoria de Engenharia - ASSENGE, objetivando a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia ou profissional de engenharia, devidamente habilitado, para elaboração de laudos de avaliação de imóveis pertencentes a este Egrégio Tribunal (0989594).

Para instruir os autos, carreu-se a Documento de Formalização da Demanda (1000639); as versões finais relativas à informação conclusiva sobre o valor estimado (1035956) e do Termo de Referência (1051770), com a especificação do objeto, a justificativa, os critérios de sustentabilidade ambiental, critérios de aceitação do objeto, valor e prazo, contrato, pagamento, gestão e fiscalização.

A unidade demandante justifica a contratação tendo em vista previsão normativa acerca da necessidade de efetuar avaliação técnica para estimativa de valor de mercado dos imóveis pertencentes a Justiça Eleitoral de Rondônia que não se encontram cadastrados junto ao Sistema de Patrimônio Imobiliário da União (SPIUNET) e que como um dos requisitos para o cadastramento se faz necessário a realização de avaliações dos referidos imóveis seguindo toda a metodologia disciplinada pela Secretaria do Patrimônio da União, atividade para a qual este Tribunal não detém profissionais com especialização técnica para realizar tal demanda, conforme se depreende da leitura dos item 3 e 4 do Termo de Referência n. 8/2023 juntado ao evento n. 1051770.

O valor total da contratação foi estimado em R\$ 29.490,00 (vinte e nove mil quatrocentos e noventa reais), valor obtido a partir de cotação de preços, pesquisa de mercado e demais fontes de consultas de composição do valor estimado, nos termos registrados no formulário informação conclusiva do valor estimado da contratação (ICVEC) juntado ao evento n. 1035956.

Apesar de serem consultadas 05 (cinco) empresas, apenas 02 (duas) apresentaram suas propostas e comprovaram as exigências de habilitação exigidas na legislação de regência, o que reflete as dificuldades encontradas pelo Tribunal ante a limitação de fornecedores, situação justificada na presente contratação, o que encontra suporte na forma do Acórdão TCU n. 1266/2011 - Plenário.

Carreu-se aos presentes autos os documentos da empresa Sierra Engenharia e Consultoria LTDA, empresa ofertante do menor preço, demonstrando sua habilitação jurídica (1048900); fiscal, trabalhista e econômico-financeira (1048900/1060170) e técnica (1048900), remetendo-se os autos à SAOFC que exarou comando às unidades competentes para prosseguimento do processamento do feito (1052273).

A SPOF formalizou ajuste na programação orçamentária inicial (1032616) ao novo valor da cotação vencedora de R\$ 29.490,00 (vinte e nove mil quatrocentos e noventa reais) conforme se extrai das informações constantes do evento n. 1061369.

A SAC efetuou análise dos documentos que instruem a fase de planejamento do presente procedimento, concluindo previamente pela regularidade dos elementos contidos no processo com as normas gerais de contratações estabelecidas (1032234) e, após a operacionalização de diligências, registrou que as alterações na INFORMAÇÃO CONCLUSIVA VALOR ESTIMADO DA

CONTRATAÇÃO (ICVEC), evento 1035956 e no **TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – Nº 08/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASSENGE**, evento (1051770), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas, entre outros, pelo art. 75, inciso I, da Lei n. 14.133/21 e no art. 2º c/c art. 31, inciso II, ambos da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, podendo a contratação de seu objeto ser processada por dispensa de licitação.

A Assessoria Jurídica da SAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 198/2023 (1060280), opinou pela possibilidade da contratação direta, por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, I, da Lei nº 14.133/21, da empresa **Sierra Engenharia e Consultoria Ltda** - CNPJ n. 08.953.369/0001-20, e pela aprovação do **Termo de Referência n. 08/2023 (1051770)**. Por fim, registrou ser desnecessária a publicação do ato de dispensa da presente contratação direta na imprensa oficial, tendo em vista o valor da contratação situar-se abaixo do patamar da dispensa legal, devendo haver sua divulgação do extrato da nota de empenho e ato autorizativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do **Estudo Técnico Preliminar n. 1/2023 – ASSENGE** (evento n. 1010825) e do **TR n. 8/2023 - ASSENGE** (evento n. 1051770); pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado (1035956); pela autorização da despesa, de forma direta, por dispensa de licitação; **Contratação direta da empresa Sierra Engenharia e Consultoria Ltda**, inscrita no CNPJ sob o n. 08.953.369/0001-20; e pela publicação do ato de dispensa no DJE, em prestígio ao princípio da publicidade, bem como no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**, conforme item 28 do Anexo VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 (1061456).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que o presente pedido de contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n. 9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 (0934832).

O caso em análise não busca a realização de um certame licitatório de maior complexidade. Trata-se de contratação direta, por dispensa de licitação, **em razão do valor**. Para hipóteses tais como esta, a **Lei n. 14.133/2021**, nos termos do inciso I do artigo 75, assim estabelece:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; [\(Vide Decreto nº 10.922, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#) [\(Vide Decreto nº 11.317, de 2022\)](#) [Vigência](#)

Dessa feita, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor da demanda (R\$ 29.490,00 (vinte e nove mil quatrocentos e noventa reais)) não supera o limite legal permitido no art. 75, I, atualizado a partir de 1º de janeiro de 2023 para a cifra de R\$ 114.416,65 (cento e quatorze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos) (Decreto n. 11.317, de 29 de Dezembro de 2022).

Observa-se ainda, que no processamento da pretendida contratação direta observou-se o cumprimento dos requisitos legais da fase preparatório da contratação que, em não sendo um certame licitatório a própria Lei 14.133/2021 em seu art. 72 elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação, dispositivo também normatizado no âmbito deste Tribunal nos termos da IN n. 9/2022 que nos casos de contratação direta trouxe como obrigatórios o DFD (Documento de Formalização da Demanda), Estimativa da despesa e TR/PB, todos acostados aos autos nos eventos n. 1000639, 1035956 e 1051770, facultando a elaboração da instituição de uma equipe de planejamento, ETP e Mapa de Riscos e, em não havendo contrato, equipe de gestão de contrato, restando-se justificada a ausência dos documentos, optando pela elaboração de Estudo Técnico Preliminar conforme se verifica com sua juntada ao evento n. 1010825.

Analisando minuciosamente cada um dos documentos de cunho obrigatório, percebe-se que todos mostram-se adequados ao regime da Lei 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022, uma vez que contém todos os elementos tipos como essenciais, podendo-se extrair de suas leituras o cumprimento das exigências legais para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade, dentre elas: a) a **razão da escolha do fornecedor** (consulta direta aos

fornecedores potenciais comprovada no processo); e b) a **justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021** - a partir da juntada do documento denominado Informação Conclusiva do Valor Estimado - evento 1035956).

Dessa feita, resta atendidos requisitos de natureza obrigatória para todas as contratações públicas, isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A esse respeito, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme ao indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

Dessa forma, levando em consideração os valores praticados no mercado, resta justificada a escolha da empresa **Sierra Engenharia e Consultoria Ltda**, inscrita no CNPJ sob o n. 08.953.369/0001-20, tendo em vista o preço ofertado o menor valor entre os cotados (R\$ 29.490,00 (vinte e nove mil quatrocentos e noventa reais)).

No caso sob análise, a empresa escolhida apresenta habilitação jurídica (1048900); fiscal, trabalhista e econômico-financeira (1048900/1060170) e técnica (1048900), restando-se atendidos os requisitos de regularidade exigidos na legislação de regência a serem observados pela Administração.

Desse modo, pelos elementos que se encontram nos autos, verifica-se que resta devidamente justificado o preço a ser contratado, uma vez que a aferição dos preços juntada nos autos é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis a todas às contratações diretas, de modo que restam cumpridos as exigências previstas na lei 14.133/2021.

Some-se a isso haver justificativa para a contratação pretendida, que busca efetuar avaliação técnica para estimativa de valor de mercado dos imóveis pertencentes a Justiça Eleitoral de Rondônia que não se encontram cadastrados junto ao Sistema de Patrimônio Imobiliário da União (SPIUNET), atividade para a qual este Tribunal não detém profissionais com especialização técnica para realizar tal demanda, conforme se depreende da leitura dos item 3 e 4 do Termo de Referência n. 8/2023 juntado ao evento n. 1051770

Verifica-se, ainda, que nos termos do item 6.1 do TR (1051770), unidade solicitante opinou pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental na estipulação de que pela natureza do objeto pretendido, a CONTRATADA deverá observar os itens I, IV e VII do artigo 6ª da referida Instrução Normativa, relativas ao uso de produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, fornecimentos aos empregados de equipamentos de segurança que se fizerem necessários e respeito às normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Registra-se que o contrato será substituído por Nota de Empenho de Despesa, com fulcro no artigo 95, inciso II, da Lei n. 14.333/21, tendo em vista a justificativa trazida pela unidade demandante de que já contratou empresa especializada para elaboração de laudos de avaliação (0003703-42.2021.6.22.8000), adotando-se essa mesma metodologia em virtude da baixa complexidade da contratação, de forma que a nota de empenho é preferível ao contrato pela simplicidade, agilidade, economia de recursos, redução de burocracia e prazos bem definidos no Projeto Básico, otimizando a gestão e focando na execução eficiente do projeto (1055851), nos termos descritos no subitem 7.1.2 do TR - 1051770.

Por fim, no que diz respeito a questão da verificação da ocorrência de eventual **fracionamento indevido de despesa**, nos termos como bem registrados nos itens 22 a 29 do parecer da AJSAOFC (1060280), verifica-se que o quadro juntado no evento (1050075) não indica qualquer outra contratação anterior no exercício corrente de serviços de engenharia, registrando-se que para a aferição de eventual fracionamento se utilizará a atual regulamentação no âmbito deste órgão, definida pelo **§ 2º do art. 29 da instrução Normativa TRE-RO n. 009/2022** (0917187), ao menos enquanto o novo critério inaugurado pela IN SEGES/MGI n. 8/2023 não estiver melhor explicitado pela doutrina especializada, tendo em relevo o registro de que o melhor caminho será garantir a objetividade da análise, o que pode ser feita pela consulta à subclasse do CNAE.

Pelo exposto, com amparo nas atribuições conferidas pela Portaria GP n. 66/2018, bem como nos documentos e nas informações constantes nos autos:

1 - **aprovo** o Estudo Técnico Preliminar n. 1/2023 – ASSENTE (evento n. 1010825) e o Termo de Referência n. 8/2023 (1051770), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2021 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

2 - **aprovo** o valor estimado da contratação constante da informação conclusiva, de evento n. 1035956, em cumprimento ao [item 40 do Anexo da Portaria 57/2023/CNJ](#), [item 40 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ](#) e ao [Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário](#);

3 - **autorizo** a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, **em razão do valor, com fundamento** no art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021;

4 - **adjudico** o objeto à empresa **Sierra Engenharia e Consultoria Ltda**, inscrita no CNPJ sob o n. 08.953.369/0001-20, e autorizo a emissão de nota de empenho em seu favor, no valor de **R\$ 29.490,00** (vinte e nove mil quatrocentos e noventa reais), por ter apresentado a melhor proposta e estar apta a contratar com a Administração Pública; e

5 - **Determino divulgação do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários** no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando constante do Parágrafo único do art. 72 e no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 20/09/2023, às 17:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1062178** e o código CRC **9529AA30**.